

## NEOFASCISMO E EDUCAÇÃO: UM BALANÇO NECESSÁRIO<sup>1</sup>

Luciano da Silva Barboza<sup>2</sup>

Esse artigo através das reflexões de autores do materialismo histórico e dialético visa refletir sobre os ideais neofascistas disseminados na sociedade brasileira na última década e suas graves consequências na educação atualmente. A caracterização dos conceitos de fascismo e neofascismo e suas diferenças é fundamental para compreendermos o governo neofascista brasileiro liderado por Jair Messias Bolsonaro e sua ideologia. O artigo visa compreender as políticas educacionais no governo neofascista de Bolsonaro e a influência da frente liberal-ultraconservadora e de sua ideologia Escola Sem Partido no cotidiano escolar.

**Palavra chaves:** Fascismo, neofascismo, educação, Bolsonaro.

### NEOFASCISMO Y EDUCACIÓN: UN EQUILIBRIO NECESARIO

Este artículo a través de las reflexiones de autores del materialismo histórico y dialéctico tiene como objetivo reflexionar sobre los ideales neofascistas difundidos en la sociedad brasileña en la última década y sus graves consecuencias en la educación actual. La caracterización de los conceptos de fascismo y neofascismo y sus diferencias es fundamental para comprender el gobierno neofascista brasileño encabezado por Jair Messias Bolsonaro y su ideología. El artículo tiene como objetivo comprender las políticas educativas en el gobierno neofascista de Bolsonaro y la influencia del frente liberal-ultraconservador y su ideología Escola Sem Partido en la rutina escolar.

**Palabras clave:** Fascismo, neofascismo, educación, Bolsonaro.

### NEOFASCISM AND EDUCATION: A NECESSARY BALANCE

This article through the reflections of authors of historical and dialectical materialism aims to reflect on the neo-fascist ideals disseminated in Brazilian society in the last decade and its serious consequences in education today. The characterization of the concepts of fascism and neo-fascism and their differences is fundamental to understanding the Brazilian neo-fascist government led by Jair Messias Bolsonaro and its ideology. The article aims to understand the educational policies in the neo-fascist government of Bolsonaro and the influence of the liberal-ultraconservative front and its ideology Escola Sem Partido in the school routine.

**Keywords:** Fascismo, neofascism, education, Bolsonaro.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 20/08/2022. Aprovado em 07/04/2023. Publicado em 04/07/2023.

<sup>2</sup> Doutorando em Educação UFRRJ. E-mail: lucianoarquivos@yahoo.com.br, <https://lattes.cnpq.br/5018240101276766>.

## **Introdução: Fascismo e Neofascismo**

O neofascismo contemporâneo é um fenômeno político muito relevante assim como muito perigoso para aqueles que defendem os direitos humanos para o conjunto da sociedade brasileira. O conceito de neofascismo do século XXI mantém algumas características do conceito de fascismo do século XX como: o chauvinismo através da exacerbação nacionalista; culto à nação; o militarismo; e a violência típica do fascismo clássico.

O fascismo foi oriundo de um período histórico compreendido como capitalismo monopolista (capitalismo financeiro e imperialista) do período entre a primeira e a segunda Guerra Mundial. O neofascismo é oriundo do atual período histórico compreendido como globalização capitalista neoliberal, após a Guerra Fria. Apesar de serem períodos históricos com características diferentes, tanto o neofascismo quanto o fascismo clássico, tiveram na sua composição principalmente a pequena burguesia, mas tiveram seu auge dirigido pelo grande capital financeiro.

MATTOS (2020) com base nas dimensões de hibridismo, adaptabilidade e mutabilidade, defende a utilização do conceito de neofascismo, para enfatizar a relevância das transformações históricas, sem deixar de considerar elementos de descontinuidade e continuidade do fascismo no neofascismo.

Como descontinuidade deste processo, percebemos que o neofascismo possui como especificidade a manutenção das políticas neoliberais de não intervenção do estado na economia, a superexploração da força de trabalho com trabalho intermitente substituindo carteira assinada de plenos direitos sociais e a manutenção do ideário neoliberal de privatizações das empresas estatais. Por outro lado, o fascismo historicamente interviu na política econômica do Estado como ocorreu nos exemplos históricos na Itália com Mussolini, na Espanha com Franco, Portugal com Salazar e na Alemanha de Hitler com o Nazismo. Sendo assim, o neofascismo possui concepções econômicas diferentes do fascismo clássico na economia.

Como continuidade deste processo, percebemos que tanto no fascismo quanto no neofascismo da sociedade contemporânea, a direita se tornou de massas com o discurso retórico mitológico da nação, discurso vazio de conteúdo, mas exaltado em discursos enérgicos na propaganda, o que ajudou o fascismo clássico e o atual neofascismo a organizar a pequena burguesia conservadora e moralista. O fascismo e o neofascismo são doutrinas supostamente

nacionalistas autoritárias que manipulam a população de cima para baixo, e visam transformar a democracia burguesa em ditadura fascista.

Segundo Konder:

“Mussolini encarava a luta de classes como um aspecto permanente da existência humana, uma realidade trágica insuperável: o que se precisava fazer era discipliná-la, e o único agente possível dessa ação disciplinadora teria de ser uma elite de novo tipo, enérgica e disposta a tudo.” (KONDER, 2009, p32).

A elite fascista enérgica e disposta a tudo queria fundamentalmente disciplinar o trabalho da classe trabalhadora e manter seus ideais revolucionários sob controle fascista, por isso o discurso anticomunista forma as bases deste movimento fascista, porque os comunistas desejam libertar a classe trabalhadora da extração de mais-valia e do sistema capitalista, através de um Estado socialista igualitário, inaceitável para os fascistas.

O nazismo também foi um regime político típico do período entre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1938-1945) na fase imperialista do capitalismo com a implantação do capitalismo monopolista de Estado (fusão do capital industrial com o capital bancário) favorável a crescente concentração de capital financeiro, e representava uma reação social conservadora da direita burguesa nacionalista as frustrações da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, ou seja, uma maneira de afastar a ameaça socialista representada nos diferentes países pelos ideais da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas. O nazismo foi marcado por uma doutrina: autoritária, racista, antissemita, antiliberal, antissocialista, chauvinista, antidemocrática e anti-operário. O nazismo também subordinou a teoria do conhecimento à decisão da direção nazista e sua vontade, com um pragmatismo radical e com a mitificação da realidade.

Segundo Mattos:

“Entretanto, uma vez no poder, tanto o fascismo italiano quanto o nazismo alemão não foram os governos da pequena burguesia, mas, sim, os do grande capital imperialista. Tão logo se instalaram no governo, caminharam decididamente para romper qualquer amarra democrática ao exercício da dominação de classe do capital monopolista. Em uma passagem magistral do mesmo texto de 1933, Trotsky explica: ‘O fascismo alemão, assim como o italiano, se ergueu ao poder nas costas da pequena burguesia, que foi tornada bode expiatório contra as organizações da classe trabalhadora e as instituições democráticas. Mas o fascismo no poder é tudo menos o governo da pequena burguesia. Pelo contrário ele é a ditadura do capital monopolista. Mussolini tem razão: as classes médias são incapazes de políticas independentes. Durante os períodos de grande crise, são invocadas a seguir aos absurdos das políticas de uma das duas classes fundamentais. O fascismo conseguiu colocá-

los a serviço do capital. Slogans como o controle estatal dos fundos financeiros e a supressão de lucros não oriundos do trabalho foram abandonados assim que se chegou ao poder. Pelo contrário, o particularismo da pequena burguesia deu lugar ao centralismo policial capitalista. Cada sucesso interno e externo das políticas do nazismo significará inevitavelmente o sufocamento do pequeno capital pelo grande’.” (MATTOS, 2020, p.25 apud TROTSKY, 2018, p.293).

O nazismo foi uma expressão dos descontentamentos com a crise econômica mundial de superprodução de 1929, ou seja, expressão das frustrações pessoais dos economicamente inseguros, mas também dos empresários. O nazismo foi também expressão dos indivíduos incultos e autoritários que teve como base social principalmente a pequena burguesia, mas teve a direção deste processo feita pelo grande capital financeiro e industrial.

Gramsci foi um importante líder da luta pelo socialismo na Itália, e por isso foi preso e morreu no período em que o fascismo de Mussolini se consolidou naquele país na década de 1930.

Segundo Gramsci:

“O que é o fascismo, visto em escala internacional? É a tentativa de resolver os problemas de produção e da troca através de rajadas de metralhadora e tiros de pistola. (...) Mas existe, em todos os países, um extrato da população –a pequena e média burguesia- que considera ser possível resolver estes gigantescos problemas com metralhadoras e pistolas. E é este extrato que alimenta o fascismo, que fornece seus efetivos.” (GRAMSCI, 2004, p.74).

Infelizmente na sociedade contemporânea ainda existem pessoas que acreditam resolver os problemas da produção e da troca através através de rajadas de metralhadora e tiros de pistola como historicamente Gramsci nos ensinou a cerca de 100 anos atrás.

Atualmente especificamente no Brasil percebemos esse discurso neofascista no governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, obcecado por armas, e quando perguntado sobre economia afirmava não ser sua especialidade, afirmando ser sua especialidade matar, e que sobre economia todas as respostas viriam do Ministro da Economia Paulo Guedes, formado na ortodoxia neoliberal da Escola econômica de Chigago.

Historicamente o Brasil é um país profundamente autoritário, com eventos históricos autoritários como: a independência do Brasil sem forte participação popular; como na Proclamação da República sem participação popular (sendo um golpe militar); nas Ditaduras Militares de Vargas no Estado Novo; e na Ditadura Civil-Militar oriunda do golpe militar de 1964.

Sobre essa nossa tradição política autoritária, Fernandes nos ensinou sobre nossa autocracia burguesa dissimulada e antidemocrática.

Segundo Fernandes:

“Se se quiser traduzir tais conceitos em termos claros, o enfrentamento da burguesia brasileira com sua realidade estrutural e histórica impulsionou-a a colocar-se o dilema de como instaurar, abertamente, uma oligarquia coletiva das classes possuidoras. O que entrava em questão era portanto o problema da autocracia (embora dissimulado sob a aparência ambígua da ‘democracia forte’). Só assim ela podia deter os processos incipientes ou adiantados de ‘desagregação da ordem’, passando de uma ordem burguesa ‘frouxa’ para uma ordem burguesa ‘firme’. Ai, o elemento político desenhava-se como fundamento do econômico e do social, pois a solução do dilema implicava, inevitavelmente, transformações políticas que transcendiam (e se opunham) aos padrões estabelecidos institucionalmente de organização da economia da sociedade e do Estado. As ‘aparências da ordem’ teriam de ruir, para que se iniciasse outro processo, pelo qual a dominação burguesa e o poder burguês assumiriam sua verdadeira identidade, consagrando-se em nome do controle absoluto das relações de produção, das superestruturas correspondentes e do aparato ideológico.” (FERNANDES, 2006, p.386).

Esta autocracia burguesa dissimulada formada em um capitalismo dependente, manteve suas características mesmo após o fim da Ditadura Civil-Militar brasileira em 1985, ou seja, esse modelo autocrático-burguês de transformação capitalista, e suas características individualistas, particularistas e autoritárias vão se agudizar no governo neofascista eleito em 2018 no Brasil, com intenção de intensificar a exploração capitalista e a opressão sobre a classe trabalhadora.

### **Notas sobre o Neofascismo no Governo Bolsonaro**

Como MATTOS (2020) explicou o neofascismo tem características similares e características diferentes do fascismo clássico. O lema “Brasil acima de tudo” importado do nazismo alemão é um exemplo de similaridade e o ultra neoliberalismo exarcebado na economia é um exemplo de diferença do neofascismo para o fascismo clássico que criticava o liberalismo e fazia intervenção do Estado na economia.

O governo neofascista de Bolsonaro (2018-2022) não foi um Estado neofascista porque não houve um golpe militar. A democracia capitalista burguesa permaneceu em funcionamento, e o governo neofascista permaneceu recebendo críticas do Parlamento e do Supremo Tribunal

Federal. Por isso é muito importante não confundir governo neofascista com Estado neofascista, são situações profundamente diferentes.

O governo Bolsonaro iniciou com a indicação do juiz federal Sérgio Moro, que antes havia prendido o líder das pesquisas na concorrência presidencial em 2018, o então candidato presidencial Luiz Inácio Lula da Silva. Sendo assim, como agradecimento Bolsonaro indicou para o cargo de Ministro da Justiça Sérgio Moro. Essa atitude de Bolsonaro consolidou a base de apoio ao seu governo, feita principalmente pela pequena burguesia que idolatra o juiz, que tornou-se a segunda figura pública de maior popularidade do governo. Sendo assim, se consolidou o apoio dos diferentes setores que antes foram às ruas “contra a corrupção” nas manifestações pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Um forte núcleo militar esteve presente no governo Bolsonaro do primeiro ao quarto escalões dos ministérios, das secretarias, e das autarquias e fundações federais. A liberação da venda de armas por parte do governo neofascista, o incentivo a população para se armar, o culto a violência policial (“bandido bom é bandido morto” e “direitos humanos para humanos direitos”); demonstram parte do ideário neofascista deste governo. A ele se soma o núcleo do governo dos economistas ultraliberais comandados por Paulo Guedes, e o núcleo dito “ideológico” fortemente influenciado por Olavo de Carvalho de um lado, e pelo fundamentalismo evangélico de outro. Estes ocuparam os postos de comando nos ministérios das Relações Exteriores, da Família e da Educação.

Segundo Calil:

“O pensamento propagado por Carvalho estrutura-se como uma grande teoria da conspiração, na qual o elemento central organizador é a tese de que, nos marcos de um suposto ‘marxismo cultural’, estaria em curso o plano de dominação marxista através do desenvolvimento de uma revolução gramscista. O revolucionário sardo é uma obsessão de Carvalho desde a publicação de *A nova era e a revolução cultural*: Fritjof Capra e Antônio Gramsci, em 1993. De acordo com o cientista social Leonardo Puglia, o nome de Gramsci aparece 318 vezes se somarmos as quatro obras mais influentes publicadas pelo autor. Para Carvalho, o ‘gramscismo’ seria um vírus altamente contagioso, de caráter sorrateiro e manipulador, destinado a fazer outras classes aceitarem o domínio comunista sem ter consciência do processo. A partir deste marco geral, Carvalho propugnava que a estratégia ‘gramscista’ estaria baseada na ‘destruição da família’ e na imposição de uma ‘ditadura gayzista’, e que o agente promotor desta estratégia seria ‘foro de São Paulo’ (organização que reúne os partidos de centro-esquerda latino-americanos). A despeito da variedade de temas e do caráter inusitado de alguns, o virulento anticomunismo é sua estrutura central.” (CALIL, 2020, p.73).

Carvalho parece não ter compreendido as profundas alterações no mundo após a derrocada do stalinismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e a vitória do capitalismo dos Estados Unidos da América na Guerra Fria, pois o seu anticomunismo se assemelha ao macarthismo nos EUA na década de 1950 quando a guerra fria ainda estava em curso. Atualmente não vivemos sob um domínio comunista sem ter consciência do processo como acredita Carvalho, esta análise deste autor é bastante descolada de uma interpretação razoável sobre a atual realidade social do mundo contemporâneo, pois atualmente vivemos sob o domínio ideológico de um individualismo exacerbado oriundo de uma sociabilidade neoliberal capitalista dominante.

Carvalho e suas teorias da conspiração tiveram um papel decisivo para dar um verniz ideológico ao crescente movimento neofascista no Brasil, e sua atuação através de redes de organizações de diversos Aparelhos Privados de Hegemonia da burguesia, o tornou o líder intelectual do neofascismo brasileiro. A ação da extrema-direita através das redes sociais virtuais foi um dos componentes essenciais para a vitória de um governo neofascista no Brasil. Isto ocorreu porque nas redes sociais eles reescrevem a história do Brasil para alterar a compreensão geral da população sobre a realidade social, fazem isso por meio de propaganda paga, promovendo o anti-intelectualismo. Por isso atacam as universidades públicas federais e os professores dos sistemas educacionais de educação básica que poderiam contestar suas ideias. Com essas técnicas, a política neofascista acaba por criar um estado de irrealidade para a população, em que as teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamental.

Isso ficou mais evidente na pandemia de coronavírus, onde o presidente Bolsonaro não comprou rapidamente as vacinas, o que gerou a morte de quase 700 mil brasileiros. A pandemia do coronavírus gerou uma forte aceleração na implantação da educação a distância, defendida pelo governo Bolsonaro como equivalente ao ensino presencial. Porém, sabemos que isso não é uma realidade porque o processo pedagógico de ensino e aprendizagem precisa da relação humana professor e estudante de forma presencial. Além disso, houve inúmeras dificuldades de acesso a internet e a aparelhos eletrônicos por parte dos estudantes das redes públicas, que não possuem recursos para comprar bons aparelhos eletrônicos e para mantê-los em funcionamento adequado.

Essa tentativa de transformação da educação em mercadoria é na prática uma tentativa de aumento dos lucros empresariais. Os empresários lucram na venda destes aparelhos eletrônicos prometendo a redução dos custos da educação. Além disso, com a educação a

distância e com a implantação das aulas on line, os próprios empresários da educação lucraram com aulas e suportes pedagógicos pagos oferecidos via internet para redes públicas e privadas de educação básica e educação superior.

Ainda nesse cenário neofascista, o ataque à educação pública, com os projetos como o “Escola Sem Partido” e todas as formas de cerceamento da liberdade de ensinar, estudar e aprender, são tentativas de rebaixar a qualidade do ensino, contribuindo para o apassivamento da classe trabalhadora e ampliação do senso comum sem contestação da profunda desigualdade social brasileira. O discurso de “ódio” aos professores e as promessas de militarização da vida, revelam quem foram os principais alvos durante os quatro anos do governo Bolsonaro: foram os professores.

Houve escândalos de corrupção no governo Bolsonaro, como o pagamento feito em barras de ouro por parte do Ministério da Educação para pastores das Igrejas Neopentecostais, que foram base de apoio fundamental ao governo. Esses escândalos de corrupção levaram a prisão o pastor Ministro da Educação Milton Ribeiro, por prática de tráfico de influência e corrupção para a liberação de recursos públicos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

### **As políticas educacionais no governo Neofascista: Escola sem Partido?**

A eleição do presidente neofascista Jair Messias Bolsonaro, afetou diretamente as concepções educacionais no Brasil. Para Bolsonaro e Carvalho a principal pauta da educação durante seu governo era enfrentar o suposto ‘marxismo’ no Ministério da Educação. Os problemas da educação brasileira não eram: os baixos salários dos profissionais da educação; a jornada excessiva de trabalho em diversas escolas; o não cumprimento da lei de 1/3 de planejamento para as aulas; as salas de aulas superlotadas de estudantes; a falta de infraestrutura física nas escolas; a má qualidade da merenda escolar; a falta de creches; a violência nas escolas; ou qualquer outra demanda da educação pública brasileira tão urgente e notória e sempre reivindicada pelos sindicatos da educação. Para eles, esses não são os problemas principais da educação brasileira, mas sim, as concepções pedagógicas de Freire.

Freire recebeu o prêmio de Educação para a Paz em 1986, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e sua obra foi traduzida para mais de 40 idiomas. O educador recebeu 29 títulos de Doutor Honoris Causa em universidades de



tudo o mundo, sendo o patrono da educação brasileira, homenagem feita em lei federal em 2012, tendo seu monumento exposto em frente ao Ministério da Educação.

Freire é também o autor do terceiro livro mais citado mundialmente na área de ciências sociais: "Pedagogia do Oprimido" (1968), segundo um levantamento feito no Google Scholar (ferramenta de pesquisa dedicada à literatura acadêmica). Neste livro, Freire apresenta uma proposta de educação dialética que leva em consideração os aspectos humanos, sociais e culturais dos estudantes. Para o autor, o conhecimento precisa fazer sentido para o aluno, transformando-o, assim, em um sujeito capaz de entender e transformar o mundo. Estes ideais de Freire foram combatidos pelo governo Bolsonaro e as suas políticas educacionais caminharam no sentido oposto.

A preocupação educacional do governo Bolsonaro se expressou no apoio ao projeto "Escola Sem Partido" (entendido pelos sindicatos de educação como escola com mordça), que responsabiliza os professores pelos problemas educacionais no Brasil. Responsabilizou também os educadores pelo fracasso escolar e estimulou uma prática educativa acrítica, que visava acabar com a pluralidade de ideias nas escolas para consolidação do neofascismo no Brasil.

O governo federal junto a alguns governos estaduais e governos municipais estavam implantando uma perigosa rotina de cunho empresarial nas escolas públicas, nas quais a avaliação por desempenho (baseada em metas irreais) vem impondo aos educadores um trabalho excessivo e a perda da autonomia político-pedagógica como percebemos na proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para compreendermos a complexidade deste processo na educação, devemos fazer uma análise mais profunda do que ocorre nos conflitos intraclasse burguesa na gestão das políticas educacionais no Estado brasileiro.

Segundo Lamosa:

"O LIEPE tem identificado por meio das pesquisas produzidas nos âmbitos da graduação e da pós-graduação que a atuação da classe dominante na atual conjuntura tem mobilizado um universo muito expressivo de organizações com atuação destacada na educação. Essas organizações têm sido responsáveis por difundir projetos, ações e uma enorme variação de iniciativas dirigidas à educação brasileira, expressando nestas uma concepção de mundo e um projeto formativo para a classe trabalhadora. Sua atuação, entretanto, também produz tensões intraclasse burguesa, verificadas na formação de duas frentes de ação na educação brasileira: a frente social-liberal, dirigida pelo movimento empresarial Todos Pela Educação (TPE) e formada no contexto de emergência do social-liberalismo (CASTELO, 2011), e uma frente liberal ultraconservadora que tem na Escola Sem Partido uma ideologia que unifica essa frente que se expande no mundo e no Brasil, sobretudo a partir da crise de 2008." (LAMOSA, 2020, p.14).

Lamosa explícita como o Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação (LIEPE-UFRRJ) compreende a atuação da classe dominante na atual conjuntura brasileira, ressaltando a importância da compreensão dos diferentes projetos em disputa nos conflitos intraclasse burguesa. O LIEPE tenta compreender o processo de atualização das estratégias de dominação utilizadas pela burguesia, que tem na educação pública o principal sustentáculo para a difusão do seu projeto de poder para as classes subalternas, refletindo sobre o Estado brasileiro a partir do estudo sobre os pressupostos teóricos, filosóficos e estratégias de ação de alguns de seus agentes e agências.

A educação como política pública possui disputas no interior do Estado Ampliado, pois em uma perspectiva gramsciana compreendemos a organização do poder das classes dominantes como bloco, que aspira hegemonizar o processo político considerando a construção de um imaginário social. A sociedade civil segundo Gramsci expressa o momento da persuasão e do consenso que, conjuntamente com o momento da violência e da repressão (sociedade política), asseguram a manutenção da estrutura de poder (Estado). Os conceitos de hegemonia e de sociedade civil permitem pensar dialeticamente o problema da educação, bem como no funcionamento da escola.

Para Gramsci a obtenção do consenso nas sociedades ocidentais torna-se fundamental para que um projeto de sociedade se torne hegemônico, este ocorre quando a classe dominante no poder consegue diminuir a circulação e importância de outras ideologias (hegemonia da classe trabalhadora), sendo assim, a hegemonia está realizada com a opressão da classe oprimida que vive sua opressão como se fosse liberdade, aceitando o projeto de sociabilidade da classe dominante e dirigente, o que Gramsci chama de senso comum.

Colombo explica as raízes, os ideais e o funcionamento da frente liberal-ultraconservadora em sua dissertação de mestrado intitulada: A frente liberal-ultraconservadora no Brasil – Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido.

Segundo Colombo:

“Na frente liberal-ultraconservadora na educação, identificamos o movimento Escola Sem Partido, no sentido da ideologia que representa, como o principal eixo articulador, atuando como uma frente ideológica de um conjunto de aparelhos privados de hegemonia. Sua ideologia, no nível discursivo e na profunda difusão de seu receituário através de grande investida de suas novas estratégias de ação e articulação vem representando o que seria, no entendimento desta pesquisa, o conjunto de uma agenda liberal-ultraconservadora para as políticas educacionais no Brasil.” (COLOMBO, 2018, p. 170).

Colombo inspirada por Gramsci afirma que a frente liberal ultraconservadora tem no movimento Escola Sem Partido uma ideologia que unifica essa frente que se expande no Brasil, principalmente a partir da crise econômica mundial de 2008. É neste contexto de crise que surge com força a frente liberal ultraconservadora, mas estes ideais já existiam anteriormente atuando por dentro do Instituto Liberal.

Percebemos na frente liberal-ultraconservadora, o crescimento das igrejas neopentecostais que influenciaram o movimento Escola Sem Partido, mesmo a lei sendo vetada pelo Supremo Tribunal Federal, como sendo uma lei inconstitucional que feria a liberdade de cátedra dos professores, mas mesmo assim, esse processo gerou muitas perseguições ideológicas feitas pelos pais de alunos nas escolas públicas e privadas, com relação aos professores mais críticos no seu fazer pedagógico.

Segundo Casimiro:

“Para compreender melhor a truculência da nova direita no Brasil, principalmente no que concerne à disseminação e ao aprofundamento do discurso mais reacionário ou “conservador cultural” e suas pautas moralistas, não podemos deixar de levar em consideração o avanço extraordinário das igrejas evangélicas no Brasil nas últimas duas décadas, principalmente as neopentecostais. As organizações da sociedade civil no país aumentaram 680%, de 1996 até o final de 2017. De acordo com os dados da pesquisa realizada pelo Ipea, um dos segmentos de maior expansão nesse levantamento concentra-se, justamente, nas organizações de natureza religiosa, principalmente as igrejas neopentecostais.” (CASIMIRO, 2020, p.83).

Casimiro também inspirado por Gramsci vai denominar de Aparelhos Privados de Hegemonia ‘doutrinárias’, as organizações sociais que dizem defender interesses universais através de políticas públicas, mas que na verdade defendem interesses privados, e as igrejas neopentecostais fazem parte desse processo.

Outras organizações sociais criaram redes que visavam à criação de novas organizações de mesmo tipo, como exemplo a Atlas Network, que surgiu para promover a organização de outras organizações de direita. A Atlas Network tem como braços o Students for Freedom, que no Brasil foi fundado como Estudantes pela Liberdade, fazendo campanhas em defesa do uber (transporte privado com trabalho precarizado e sem direitos sociais). Eles faziam caravanas e grupos de estudos, e atuaram de forma massiva nas manifestações pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

A Escola Sem Partido é uma ideologia adotada pelo governo neofascista de Bolsonaro, pois a lógica do conspiracionismo, irracionalismo e o pânico coletivo fazem parte desta

ideologia construída por Nagib e Carvalho. Essa ideologia existe desde 2004 junto ao Instituto Liberal/Instituto Misses Brasil, mas foram os Estudantes pela Liberdade que vão colocar essa ideologia entre as massas populares no Brasil. Em resumo eles defendem: educação privatizada ampliada; vouchers; incentivo fiscal e bolsas em universidades privadas; contra a ideologia de gênero (que não existe desta forma, mas é assim denominada por eles); home schooling (pais contratam tutores para educar os filhos); militarização das escolas através de escola civil-militares; defendem Edtechs de tecnologia para ensinar a distância, dentre outras propostas.

As relações entre o movimento Escola Sem Partido e as Igrejas (principalmente as neopentecostais) são orgânicas. Macedo descreve os ideais conservadores deste movimento através do discurso de um de seus intelectuais orgânicos Nagib.

Segundo Macedo:

“Assumo, pela agenda que o próprio ESP criou para si — “combate a uma mentalidade progressista, favorável ao PT, que auxiliou a manutenção deles no poder”; à “desqualifica(ção) (d)a religião; e “à naturaliza(ção) (d)o comportamento homossexual” (NAGIB apud RESENDE, 2015) —, que se trata de um movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular.” (MACEDO, p.509, 2017).

Macedo enumera as propostas do movimento Escola Sem Partido para atualização da segunda versão da Base Nacional Comum Curricular: 1. Em prol da separação entre espaço público e privado, transferindo a educação para o espaço privado da família, a quem caberia toda a formação moral e ética das crianças, onde o espaço público da escola é destinado ao aprendizado de conteúdos; 2. Contra o viés ideológico de esquerda que sustentaria o documento apresentado à consulta pública; 3. Contra a diversidade cultural nos currículos; 4. Contra a ideologia de gênero nos currículos. Essas propostas conservadoras do movimento Escola Sem Partido tentaram retirar da Base Nacional Curricular Comum a diversidade de conteúdos, focando na retirada das discussões de grupos oprimidos como mulheres, negros e LGBTQI+, o que reforça seu caráter conservador e excludente.

Segundo Passos e Mendonça:

“Nesse contexto cria-se a figura do professor doutrinador, aquele que impõe temas e conteúdos que contradizem a vontade e a crença das famílias. Essa visão, de que cabe à família decidir sobre o que os filhos podem aprender ou não – como ressalta um dos slogans do movimento: ‘meus filhos, minhas regras’–, passa a ser um dos eixos estruturantes dessa agenda e dos projetos do MESP.” (PASSOS e MENDONÇA, p.8, 2021).

Fruto deste processo, por um lado houve uma atuação na sala de aula de autocensura pedagógica por parte de alguns professores, com medo de acusação pelo movimento Escola Sem Partido de doutrinação ideológica. Por outro lado, os professores com viés mais militante na educação (ligados aos sindicatos de educação combativos como o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro) que não fizeram autocensura pedagógica, sofreram com chamadas constantes na direção das escolas que trabalham, para conversar com os pais sobre temas como: Por que o professor de história ensina invasão do Brasil em 1500 ao invés de descobrimento do Brasil?; Por que o professor de história afirma em sala na aula de Império Romano que Jesus era negro como os moradores do Oriente Médio? Por que o professor de história afirma que Nazismo é de direita e não de esquerda como afirma o presidente Bolsonaro? Todo esse processo gerou um enorme desgaste emocional nos professores e adoecimento psicológico fruto desta perseguição ideológica na sua atuação profissional no magistério, nos quatro anos de governo neofascista de Bolsonaro.

Além da perseguição ideológica, houve perseguição econômica aos movimentos populares, pois o governo Bolsonaro cortou os recursos (durante seus quatro anos de governo) do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998 como resultado das reivindicações dos movimentos populares do campo. Houve também enormes cortes de verbas para as universidades públicas federais, porque nas universidades públicas se concentra um grande número de opositores ao governo Bolsonaro, opositores como os docentes filiados ao ANDES-SN e de estudantes organizados em entidades estudantis ligadas a UNE.

Bolsonaro extinguiu a Comissão Pedagógica Nacional (CPN) no começo de seu mandato, extinguiu também conselhos, comissões e mecanismos de participação popular. As políticas educacionais federais influenciaram diretamente a política educacional de alguns Estados onde os governadores eram seus aliados. Por exemplo, no dia 24 de março de 2022, foi publicado em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o Decreto nº 48.003 que institui o programa de ensino Técnico Cívico-Militar nas unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica. A FAETEC esta vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, responsável pela implantação da política de Educação Profissional e Tecnológica pública e gratuita no Estado do Rio de Janeiro.

Fundada em 10 de junho de 1997 a rede atualmente possui perto de 50 mil estudantes por ano em 120 unidades de ensino e faz parcerias com instituições nacionais e internacionais. O decreto coloca a escola pública sobre a tutela de militares que nada têm a ver com o processo

pedagógico-educacional. Além disso, os governos federal e estadual não discutiram esta implantação com a comunidade escolar, ou seja, os estudantes, professores e pais.

Os problemas na implantação das escolas cívico-militares no Estado do Rio de Janeiro já apareceram um ano antes na Prefeitura do Rio de Janeiro que teve que exonerar por pressão popular no dia 25 de maio de 2021 a direção de escola civil-militar General Abreu, por propaganda bolsonarista em ato de hasteamento da bandeira. O diretor da escola e sua equipe gestora estimularam os estudantes a gritarem "Brasil acima de tudo e abaixo de Deus" lema do governo federal neofascista. "Nós somos nós e o resto é o resto", gritaram os estudantes obedecendo à direção escolar, em uma demonstração de como este modelo de escola militar não contribui para diversidade e formação de cidadãos com capacidade crítica, submetendo os alunos à doutrinação, retirando deles a individualidade e a capacidade de autodesenvolvimento.

O projeto de escola cívico-militares dos governos do presidente Bolsonaro e do governador do Rio de Janeiro Claudio Castro foram uma forte ofensiva à educação básica. O Ministério da Educação lançou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, porém neste artigo compreendemos que a introdução de profissionais das forças armadas nas escolas (sem formação pedagógica) geram autoritarismo, opressão, perseguição e medo nos estudantes e educadores críticos.

Neste projeto de escola são introduzidas disciplinas como "Ordem Unida", que remontam a "Educação Moral e Cívica" e "Organização Social e Política Brasileira" disciplinas impostas na Lei de Diretrizes de Base da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) que pretendiam impor valores e concepções do governo autoritário, substituindo disciplinas que estimulam o pensamento crítico como história, geografia, sociologia e filosofia que naquele período se tornaram proibidas pela censura militar, afetando diretamente o exercício da democracia e da liberdade.

É extremamente necessária para a atual democracia brasileira, a formação nas escolas públicas de crianças, jovens e adultos mais participativos, críticos, fortalecendo espaços das associações de pais, sindicatos dos profissionais da educação e grêmios estudantis, como instâncias coletivas na perspectiva democrática da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, implantada após o fim da Ditadura Civil-Militar.

Outra preocupação dos profissionais da educação nas escolas e universidades, é que o atual projeto das escolas cívico-militares no Brasil enfatiza as competências socioemocionais, compreendida pelos sindicatos da educação e pelas entidades estudantis, como proposta para o

disciplinamento dos comportamentos dos estudantes, sufocando as diferentes individualidades dos jovens.

Segundo Accioly e Lamosa:

“Nossa investigação conclui que o fomento das competências socioemocionais apresenta uma tendência de caráter repressivo/coercitivo que não deve ser ignorada, especialmente no cenário de aprofundamento da crise e acirramento dos conflitos sociais a partir da pandemia do coronavírus. Neste sentido, é urgente desconstruir o consenso forjado pelos aparelhos do capital em torno de comportamentos, modos de ser e se relacionar em sociedade que, em sua essência, visam fragmentar a classe trabalhadora e intensificar a exploração. Resiliência, empatia, amabilidade, engajamento, responsabilidade, organização, autogestão, pensamento crítico, determinação, iniciativa social, tolerância ao estresse, imaginação criativa, dentre outros, compõem o novo léxico do capital que, regulamentado nas políticas educacionais, visa “vacinar” os trabalhadores contra atitudes rebeldes e anticapitalistas.” (ACCIOLY; LAMOSA, p. 709, 2021).

O controle sobre os comportamentos é o controle sobre os corpos dos estudantes, na lógica de serem formados para o mercado de trabalho capitalista e opressor. Sendo assim, os conflitos no interior das escolas cívico-militares por causa de uniformes, tamanho dos cabelos e das roupas, demonstra um conflito ideológico sobre o papel da escola. A ofensiva do capital sobre a educação brasileira focalizou na pedagogia uma educação por meio de competências básicas, diminuindo o currículo e os conteúdos a serem ensinados para os filhos da classe trabalhadora, que nessa visão devem exclusivamente ser preparados para o trabalho técnico através de uma didática neotecnicista.

As propostas neoliberais da Base Nacional Curricular Comum e da Reforma do Ensino Médio aprovadas no governo federal de Michel Temer reforçaram esse caráter negativo para educação e essas políticas educacionais foram mantidas no governo neofascista de Bolsonaro. A BNCC e a Reforma do Ensino Médio foram duramente criticadas pelos sindicatos de educação e entidades estudantis, mas estes não conseguiram barrar sua aprovação no congresso nacional.

Esta ideologia educacional neoliberal se afasta do ideal de Gramsci de escola unitária defendido pelos sindicatos da educação, ou seja, escolas públicas integrais com conteúdos com formação científica, com crítica social e artística contextualizando a realidade vivida pelos estudantes como ensinou Freire, ou seja, uma formação para os estudantes através de um currículo com mais conteúdo pedagógico, formando os estudantes para a vida e para o trabalho.

Para concluir, percebemos que realmente estamos diante de um retrocesso sem precedentes na educação brasileira. O objetivo dos governos do presidente Bolsonaro e do

governador do Rio de Janeiro Claudio Castro foi disciplinar os alunos a obedecer, sem criticidade e sem reflexão teórica. A população brasileira não deve aceitar isso, devemos pelo contrário, fazer uma ampla aliança entre sindicatos, grêmios e comunidade escolar, para garantir o direito aos estudantes de escolas públicas ao ensino de qualidade com currículo com mais conteúdo pedagógico. O futuro das próximas gerações de brasileiros dependerá da nossa vitória nesta luta.

### **Referências:**

ACCIOLY, I; LAMOSA, R. **As Competências Socioemocionais na Formação da Juventude: Mecanismos de Coerção e Consenso frente às Transformações no Mundo do Trabalho e os Conflitos Sociais no Brasil.** Revista Vértice, Campos dos Goytacazes/RJ, v.23, n.3, p. 706-733, set./dez. 2021.

CALIL, G. **Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização.** In: Revista Materialismo Storico, p.70-122, n2/2020, vol. IX.

CALIL, G. **Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita.** In: revista Argumentum, Vitória, v.13, n.2, p.64-82, maio/ago. 2021.

CASIMIRO, F. H. C. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

COLOMBO, L. R. **A frente liberal-ultraconservadora no Brasil – Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido.** Dissertação Mestrado UFRRJ, 2018.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de Interpretação Sociológica.** 5. Ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2004.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAMOSA, R (Org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada.** Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020.

MACEDO, E. **As demandas conservadoras do Movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum.** Revista Educação e Sociedade, V. 38, n.º 139, pp. 507-524.

MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil.** Usina Editorial: São Paulo, 2020.

PASSOS, P; MENDONÇA, A. **O professor é o inimigo; uma análise sobre a perseguição docente no Brasil.** Rio de Janeiro: Mórula, 2021.



TROTSKY, L. **Como esmagar o fascismo**. Editora Autonomia Literária: São Paulo, 2018.